

festividades.

Neste mesmo período, a administração municipal formalizou o contrato de comodato com a Usiminas para cessão de espaço no Bairro Ferroviários, possibilitando a saída da escola do Ipatingão para a sede da Corporação Musical Santa Cecília, situada à Avenida José Júlio Costa, 2705.

Em 1999 a Escola de Música Tenente Oswaldo Machado chega a atender 483 alunos. O prestígio, o respeito e a popularidade da banda e dos corais infantil e adulto ultrapassam os limites da cidade e são reconhecidos em toda a região do Vale do Aço.

Neste mesmo período, a prefeitura produz e grava o CD Timbres, em comemoração aos 35 anos da cidade. Nessa gravação participaram a banda e corais da escola, o Coral Usina Intendente Câmara e mais de 60 músicos, todos da região, incluindo os professores da escola. Em julho do mesmo ano, criou-se a Associação Musical Timbres, que através de convênio com Prefeitura assumiu a contratação dos professores da escola, assinando a carteira de trabalho dos instrumentistas da banda e permitindo a manutenção e a aquisição de instrumentos. Com tanta efervescência musical e grande momento para a escola, surge um codinome para a escola e a mesma passa-se chamar carinhosamente de “Escola de Música TOM”.

Em 2003 a Escola TOM se transfere para o centro da cidade - na Avenida 28 de abril, 715 - pois as antigas instalações não ofereciam condições para um bom atendimento da comunidade.

Em 2004, com 10 anos de funcionamento, o crescimento da Escola TOM era contínuo em número de alunos, professores, apresentações, e em sua estrutura física e equipamentos. O patrimônio era composto por 5 pianos, 3 teclados, 8 violões, 9 flautas doce (entre soprano, contralto e tenor), 1 flauta transversal, 12 xilofones, instrumentos de bandinha rítmica, riquíssimos materiais didáticos, biblioteca com livros e CDs, adquiridos por meio do convênio com a Associação Timbres, que possibilitava também a capacitação periódica seus professores.

Quanto aos recursos humanos, a escola apresentava a seguinte estrutura de pessoal:

01 Diretora; 01 Vice Diretor; 01 servidor administrativo; 02 auxiliares de serviços; 18 professores (sendo estes de musicalização infantil, teoria musical, piano, teclado, violão, violino, viola de arco, técnica vocal, instrumentos de sopro em geral), 3 regentes (coral adulto, infantil e banda);

Quanto aos serviços à comunidade, a escola atendia a 759 alunos, além de

compor os seguintes grupos musicais:

01 Banda de Música com 42 componentes - Banda TOM

01 Coral Adulto com 40 componentes - Coral Municipal Adulto

01 Coral Infanto-Juvenil, com 38 componentes - Coral Municipal Infanto-juvenil.

Com estes grupos a escola realizava mais de 150 apresentações por ano da Banda Municipal e os corais contabilizavam mais de 30 apresentações por ano.

Em 2005, algumas mudanças acontecem no município e em todas as repartições públicas, e na escola TOM toma posse novo gerente. O período de readequação administrativa atrasa o início de suas atividades. Neste ano a concessão de subvenção para manutenção da escola ficou sob a responsabilidade da Associação Teatral de Ipatinga – ASTI. Neste período a escola fechou o ano com 84 apresentações.

Em 2006, a Escola TOM criou um novo núcleo “grupo de flauta”, que juntamente com banda e corais passam a encantar a cidade com suas apresentações. Fechamos o ano com Banda (38 integrantes), fazendo 19 apresentações, Coral Infanto juvenil (32 integrantes) fazendo 4 apresentações, Coral adulto (31 integrantes) fazendo 4 apresentações e grupo de flauta (10 integrantes) fazendo 3 apresentações. Neste período a concessão de subvenção para manutenção da escola ficou novamente sob a responsabilidade da Associação Teatral de Ipatinga – ASTI.

Em 2007, surgem novas expectativas para a escola. A prefeitura celebra novo convênio desta vez, com a Associação Artística Coral Gente, para manutenção e funcionamento da Escola TOM. As aulas recomeçam em abril. Foi um ano com investimentos na aquisição de instrumentos musicais, sendo adquiridos: uma bateria completa, aparelhagem sonora de médio porte, instrumentos de sopros (saxofone, clarinete e trompete). Neste ano também criou-se oficialmente mais um núcleo da Escola – a Orquestra da TOM, com 25 componentes. O balanço de atividades para a comunidade naquele ano foi: Banda TOM (71 apresentações); Coral Adulto e Infantil (8 apresentações), Grupo de flauta: (11 apresentações), Orquestra: (2 apresentações).

Em 2008 o convênio da escola permanece com a Associação Artística Coral Gente Nossa, o ano letivo se inicia em fevereiro, porém finaliza em novembro, o que dificultou a programação de final de ano: foi a primeira vez em 14 anos que a escola não realizaria seu tradicional concerto de natal. O ano iniciou com 853 alunos, (19 professores), Banda (com 15 adolescentes) ganhando uma bolsa de R\$ 233,87. Orquestra (25 adolescentes), Grupo de flauta (10 adolescentes), Coral adulto (30

componentes) Coral Infante Juvenil (15 crianças), porém com baixo número de apresentações.

Em 2009, mais um ano eleitoral e com ele, novas mudanças. A escola fica fechada de fevereiro a setembro, com 901 alunos matriculados, o ano letivo apenas de 3 meses (setembro a dezembro), leva a escola um grande número de desistentes. A associação escolhida para receber os repasses para manutenção e funcionamento da escola foi o “Instituto Vida aos Pequenininhos”. Em 2010 a escola não reabre, e alunos e comunidade se mobilizam, e buscam junto à administração uma ação mais efetiva, que resulte de fato na reabertura da escola, e desta mobilização se constitui a Associação dos Pais e Amigos da Escola Municipal Música e Canto Tenente Oswaldo Machado – ASPEM-TOM.

Em 2011 A Associação de Amigos da Cultura – ASSAMIC assina com a Prefeitura convênio para manutenção e funcionamento da Escola de Música Tenente Oswaldo Machado-TOM, para o período de setembro/2011 a dezembro/2011. Neste período a escola manteve os cursos de violão, piano, bateria, saxofone, flauta doce, violino, violoncelo, flauta transversa, técnica vocal, e instrumentos de sopro (trombone, trompete e outros), além dos cursos de teoria musical. Neste ano a banda de música possuía 24 integrantes, a orquestra e o grupo de flauta formavam um grupo de 35 integrantes e todos recebiam ajuda de custo. A escola mantinha também o Coral Adulto e o Coral Infante-Juvenil com 50 componentes. Além da contratação de 18 professores, com carga horária semanal de 30 horas, este convênio possibilitou a aquisição de instrumentos musicais: (01 trompete, 02 trombones, 01 clarinete, 02 saxofones), e outros materiais permanentes, estofados, TV de LCD 40 polegadas, equipamentos de informática).

Nesse ano a Escola muda-se para o bairro Veneza I à Rua Novo Hamburgo, 135, o que prejudicou a funcionalidade da escola, uma vez que o espaço físico não atendia as demandas da escola, e não comportava o patrimônio que a Escola havia adquirido ao longo dos anos, assim houve necessidade de dispensar móveis e equipamentos.

A escola ficou fechada de 2012 até final de 2013, com toda estrutura escolar montada, equipamentos e instrumentos musicais, quando a prefeitura cedeu este espaço para que a Escola Técnica da Universidade Federal de Minas Gerais pudesse oferecer, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC - um curso Técnico em Instrumento Musical, gratuito e com bolsa de formação, destinado a estudantes estavam cursando ou que haviam concluído o ensino



médio. As aulas foram oferecidas pelo Colégio Técnico da UFMG – COLTEC, e o curso foi finalizados em novembro de 2015.

Em abril de 2014, o Poder Executivo, com a aprovação da Lei 3334 de 23/04/2014, cria cargos de provimento efetivo para Instrutor e Monitor de Música, Educador de Arte, Regente de Banda Marcial e Maestro, todos no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com lotação na Escola Municipal de Música e Canto Tenente Oswaldo Machado. Um sonho traduzido em lei que deu a todos a esperança de uma escola “funcionando com profissionais efetivos”.

Em 2016 a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer disponibiliza o espaço, os equipamentos e alguns instrumentos musicais - que por falta de uso poderiam comprometer seu funcionamento - para a Secretaria de Municipal de Educação. A finalidade era desenvolver um programa da rede municipal de ensino – o Projeto Cantar, que acontecia na Escola Municipal Márcio Andrade Guerra, para estudantes da rede municipal. Com este trabalho intersetorial foi possível recuperar alguns instrumentos que estavam com defeitos. Em 2017, surgiu a possibilidade de abrir, no mesmo projeto, uma turma com capacidade de atender a 50 pessoas da comunidade. Importante lembrar que o projeto Cantar é um trabalho muito importante para a comunidade, mas não supre a demanda da Escola TOM, que tem como público alvo não só os alunos da rede municipal de Ipatinga, mas todo o município, em todas as idades e níveis, sem qualquer distinção.

Com uma trajetória de altos e baixos, algumas principais necessidades despontam no cenário atual. A primeira é a convocação dos aprovados no Edital de Concurso 002/2016, para o reinício das atividades da Escola TOM.

Neste aspecto, é importante considerar que a manutenção de pagamento de pessoal por meio de convênios com entidades foi extremamente frágil em termos administrativos. Todos os convênios realizados resultaram de alguma forma em prejuízo para uma, senão para todas as partes envolvidas. Às vezes os recursos disponibilizados não eram suficientes para o pagamento das obrigações patronais, em outros casos, ocorreu a distorção da aplicação dos recursos pela entidade. A forma de seleção das entidades não colaborou também o crescimento da escola. O desconhecimento da dinâmica da unidade e o descumprimento dos trâmites processuais foram adversos em termos administrativos. Não é difícil avaliar que a gestão terceirizada descontinuou o processo pedagógico no qual a comunidade estava inserida. Verificamos casos em que o cidadão, após finalizar quase todas as etapas de um determinado curso de música, não

conseguiu finalizá-lo. Ao mudar a entidade e o Plano de trabalho, mudava também o público alvo e as modalidades oferecidas na escola naquele ano. A segunda necessidade é um local adequado para a realização das atividades. O ensino da música exige salas individuais e espaços para atividades coletivas, em ambientes com tratamento acústico. Tal investimento só se justifica num imóvel próprio. Em quase todos os imóveis locados temos sempre a reclamação de moradores do entorno que exigem silêncio, mesmo durante o dia, especialmente nos momentos dos ensaios da banda de música. Com a solução destes dois principais problemas é possível atender de forma plena a comunidade ipatinguense. E devolver aos cidadãos do município este direito cultural, tão apreciado pela comunidade desde o início da emancipação da cidade.

Em 2017, verificamos que a Escola de Música apresenta o seguinte quadro de funcionários:

Escola de Música e Canto Tenente Oswaldo Machado – Escola TOM		
Qtde	Cargo/ Função	Vínculo com a administração municipal
01	Gerente	Comissionado
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Efetivos

Tabela 3 - Servidores da Escola de Música TOM

4.5 - Estação Memória Zeza Souto

Instalada no centro do lugarejo que passaria a ser a cidade de Ipatinga, a Estação Ferroviária, construída em 1930 em substituição à Estação de Pedra Mole, permitiria vir para a região os primeiros habitantes. Era através da Estação Ferroviária que o carvão era despachado para abastecer os alto-fornos da Belgo Mineira em João Monlevade e Sabará, que atendia também ao embarque de passageiros, constituindo o único meio de transporte regular para atender aos moradores do pequeno aglomerado. Até 1950 o trem passava na estação com destino a Coronel Fabriciano no horário de 8 horas com retorno às 17 horas. Por questões técnicas, em 1951, a estação foi desativada.

Entre 1963 e 1964 as dependências da Estação de Ipatinga foram utilizadas como sala de aula para atender à comunidade.

Em 1968, a Estação abrigou aos flagelados das enchentes do Ribeirão Ipanema.

Em 30 de dezembro de 1981, através do Decreto nº 1.442, o prédio e a respectiva área do terreno foram tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal. A Estação permaneceu no abandono até 1986, quando teve sua restauração iniciada e não concluída. Em 1991 a estação foi inteiramente restaurada, através de parceria entre

Prefeitura e a Companhia Vale do Rio Doce. Sendo reinaugurada no dia 29 de dezembro de 1992, a estação foi aberta ao público em 29 de abril de 1993, como espaço cultural para a comunidade. Teve como primeira expositora a artista plástica a Sr^a Miriam D’Arc Franco de Oliveira.

Em 1995, através da Lei nº 1.377, a Antiga Estação Memória do Município, passa a denominar-se Estação “TOM JOBIM”.

Em 2006 através da Lei 2.231 de 10/10/2006, a Estação passa a denominar-se Zeza Souto, em homenagem ao Senhor Zeza Avelino Souto, primeiro bilheteiro da Companhia Vale do Rio Doce, que trabalhou em Ipatinga, na “antiga estação”.

Somente em 2013, através Lei 3.141 de 12/03/2013, a Estação Memória entrou definitivamente para a estrutura administrativa da prefeitura, como uma unidade de serviço, no Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

A Estação Memória “Zeza Souto” funciona como casa da memória da cidade de Ipatinga, e guarda documentos (manuscritos, digitais, xerocados), objetos históricos, audiovisuais e fotográficos, que traduzem a história do município.

Em levantamento feito pelo Departamento de Cultura em 2009, observou-se que o material histórico levantado na Estação era constituído de: 2.605 fotografias; 2.254 clipagens, matérias de jornais não clipadas, dentre originais e cópias; 91 jornais inteiros, originais; 07 números da revista “O Cruzeiro”; 22 materiais audiovisuais; 202 livros, apostilas e revistas; 436 documentos diversos, dentre originais e cópias (listas, relatórios, assinaturas, processos, etc.); 855 folders, cartazes, panfletos e convites; 298 jornais informativos regionais; 144 impressões, de matérias sobre a história de Ipatinga, em papel fotográfico. Toda essa documentação não está catalogada ou organizada em relação aos temas por elas abordados. São documentos de toda a espécie que ainda não se encontram organizados por uma linha cronológica ou de alguma forma que facilite o acesso ao público.

As pesquisas realizadas nos materiais disponibilizados na Estação Memória são feitas de forma esporádica e sem nenhum registro. Não há formulário ou documento a ser preenchido pelos pesquisadores. Por não possuir equipamentos para xerox, os documentos disponíveis para cópia são os originais. Muitos documentos já se perderam devido à falta desses registros e de catalogação dos mesmos. Esses documentos e objetos encontram-se também em estado precário de conservação. Não há espaço para arquivá-los. Alguns documentos estão armazenados em locais de grande risco de



deterioração, uma vez que se encontram arquivados de forma irregular.

Além de preservar o acervo existente é necessário o desenvolvimento de um plano de captação de acervo, de modo a enriquecer o conjunto documental, que tem como tema a história de Ipatinga. Também podem compor este conjunto objetos que tenham pertencido à antiga Estação Ferroviária, obras de arte que explicitem fases da história da cidade, jornais antigos da região, fotografias e documentários, materiais que informem sobre a história de Ipatinga, de modo fortalecer a exposição permanente da Estação Memória.

A Estação Memória “Zeza Souto” funciona também como galeria de exposições de artistas de Ipatinga e região. Dentro de sua programação, a unidade participa de eventos anuais do IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. Os eventos são a “Semana Nacional dos Museus e A Primavera dos Museus”.

O público da Estação Memória é variado. Por ser a casa da memória da cidade, ela está aberta a todos que desejam conhecer um pouco da história do município, devendo ser mais explorada como um veículo para a educação patrimonial.

Em 2017 calcula-se que, em média, o local recebeu 1305 visitas à galeria de exposições, sem contabilizar o grande número de pessoas que trabalham ou estão em compras no centro, passando o horário de almoço, ou apenas fazendo uma parada para descanso na Praça da Estação.

Não existe no quadro de funcionários da Estação especialistas que prestem serviços educativos à população. Sugere-se abrir vagas para pedagogos e historiadores, para que a unidade de serviço possa cumprir a sua função e dar início a projetos de Educação Patrimonial. São necessários também funcionários para atender o setor administrativo em períodos distintos, de modo garantir o atendimento ao público ao longo do dia.

Para fortalecimento do Museu, sugere-se criar a Associação de Amigos do Museu, que além de promover encontros de pioneiros para relembrar fatos da história da cidade, poderá buscar recursos e promover um Programa Permanente de História Oral, importante para a preservação da memória da cidade.

Devido à falta de funcionários, não há uma rotina de serviços que facilite a preservação da memória e a manutenção do plano de captação de acervo, desta forma mostra-se prejudicado o serviço de clipagem de jornais que apresentem notícias sobre acontecimentos importantes do presente, pois eles farão parte do acervo documental do museu nos próximos anos.



Contamos com serviços de vigilância do departamento de vigilância da Prefeitura Municipal de Ipatinga apenas no período noturno, o que dificulta o controle de pessoas que frequenta o setor administrativo, e não inibe as ações de depredação do local. O controle de visitantes é feito através de um caderno de assinaturas que só controla a visitação do prédio tombado pelo Patrimônio. Não há qualquer sistema de alarme contra roubo, o que muitas vezes é empecilho para que o artista se sinta seguro em expor seu trabalho na galeria da Estação Memória. A Estação Memória faz parte do Cadastro Nacional de Museus, mas para cumprir seu papel de forma eficiente precisa elaborar um Plano Museológico - que nada mais é que do que um conjunto de ações destinadas ao planejamento estratégico do espaço, com a finalidade de, a partir da identificação da vocação do local, promover a proteção e promoção do espaço e a sua integração com a comunidade, em ações contínuas, ligadas à sua proposta museológica.

Atualmente a Estação Memória apresenta o seguinte quadro de recursos humanos:

Estação Memória Zeza Souto		
Qtde	Cargo/ Função	Vinculo com a administração municipal
01	Gerente	Comissionado
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Efetivo
01	Oficial de serviços	Efetivo

Tabela 4 - Servidores da Estação Memória

4.6 - Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri

A Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri, antiga Escola Municipal de Iniciação Teatral “Sete de Outubro”, foi fundada em 1995, em Ipatinga, e, desde então, se tornou um importante segmento do movimento cultural da cidade. Por ela passaram inúmeros artistas, que hoje atuam na cidade e região ou em outros lugares, muitos ganharam o Brasil e o mundo. Desde a sua estréia, a escola é uma referência na formação de novos artistas, na divulgação e propagação da arte teatral e na formação de público para o teatro.

A Escola de Iniciação Teatral foi uma iniciativa da administração municipal com a participação, empenho e grande entusiasmo do ator e diretor José Lopes Sobrinho. A escola funcionou por um longo período no Teatro do Centro Esportivo e Cultural Sete de Outubro. Inicialmente os cursos eram trimestrais, depois passaram a ser semestrais e, a partir de 1999, anuais. Mais que uma escola de teatro, o projeto, que tinha o lema “Teatro para a cidadania”, e utilizava a arte como instrumento para a formação de

cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Com o tempo, a escola foi crescendo e abarcando outros profissionais. Entraram em cena, além do professor e diretor José Lopes, o também diretor e professor Claiton Kerly e os monitores Elias Ferreira, Claudiane Dias, Cleuciane Ferreira, Edna Wilma, Claudina Abrantes, Frederico Candeias, Anderson Reis, Gisely Vasconcelos, e Fabiane Cristina (in memorian).

Nos dez anos de funcionamento no Teatro Sete de Outubro foram montados, dentre outros, os seguintes espetáculos: A florzinha triste, As aventuras de Cézár Vampíricus, A ave esquisita, Auto folclórico bumba-meu-boi, Assim nasceu o teatro, Nas asas do amor, Pluft, o Fantasmilha, O defunto, A sementinha mágica, De fome não morrerás, Os cegos, Mais que nunca é preciso contar, Construção, E agora?, Assim nasce o amor, Como a Lua, Muitas índias para dois caciques, Amigo Rio, Transe, A árvore dos Mamulengos, Ida ao teatro, Auto folclórico bumba-meu-boi, Morte e vida Severina, Dois times sem jogo, A carta, Pai e filha a respeito da guerra, Loja de chapéus, O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá, A volta do camaleão alface, Poeta em pedaços, poesia em destroços, Construção, E aí tia?, De menor, Cadê o riso do palhaço, A partilha.

Em 2003, uma lei de criação da Escola foi aprovada na Câmara Municipal e a instituição passou-se a chamar Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri, em homenagem ao ator e diretor de Ipatinga, falecido em 2002, amante das artes em suas múltiplas formas, sempre em evidência no meio cultural de Ipatinga e região.

Em 2005, a Escola teve como monitores Claudiane Dias, Sinésio Bina, João Carlos de Souza e Torosca Silvestre. Nesse ano foram montados os espetáculos: Um sonho com Chapeuzinho Vermelho, Paixão de Repente, Recortes e Poderia ser primavera. Em 2006 a equipe passa a contar com a contribuição de Wenderson Godoi e, devido a problemas estruturais no Teatro Sete de Outubro, as aulas passam a acontecer no Teatro Zélia Olguin, numa parceria com Instituto Cultural Usiminas. Nesse ano foram montados Rock Star e A Geometria Sensível das Coisas. Ainda em 2006, a Escola participou de um intercâmbio com a Companhia Clara de Teatro e outros artistas locais, que resultou no espetáculo: Estação Memória.

Desde a sua fundação, a Escola recebeu a contribuição de muitos profissionais do Vale do Aço, entre eles, Darci di Mônaco, Luzia di Rezende, José Rodrigues, Sávio Tarso, João Nery, Ademar Pinto Coelho, Grupo Farroupilha, professores da Escola

Municipal de Música e Canto Tenente Oswaldo Machado e da Escola Municipal Nelcina Rosa de Jesus. Apoiaram e ofereceram cursos também a Cia Híbridos de dança além de grandes artistas vindo de outras cidades como Bya Braga, Walmir José, Marco Flávio Alvarenga, Andréia Amendoeira.

Em setembro de 2006, foi feito um momento de reflexão sobre o funcionamento da Escola e as perspectivas para o futuro. Esse momento foi acompanhado pela professora Rita Gusmão, do curso de Artes Cênicas da UFMG e pesquisadora na área de Ensino de Artes Cênicas. Também participaram do encontro, professores da rede municipal, além de artistas e ativistas culturais de vários grupos e segmentos culturais de Ipatinga. Esse encontro resultou num Projeto Político e Pedagógico para o curso de Teatro da escola.

No período entre 2007, 2008 e grande parte de 2009, a escola ficou desativada. Em 2009 a escola reabriu de (outubro a dezembro), numa parceria entre Prefeitura Municipal de Ipatinga e o Grupo Farroupilha, que ofereceu a sua sede na Avenida Londrina, 180 no bairro Veneza II para a realização das seguintes atividades: cursos livres de Introdução ao Circo, Iniciação ao teatro e Iniciação à Dança. Esta retomada contou com a participação da professora Claudiane Dias (teatro), Didi Peres (circo), Patrícia Abreu (dança) e Elias Ferreira (teatro). Neste período a escola adquiriu material permanente que possibilitou a realização dos trabalhos de acordo com as necessidades dos cursos ministrados: TV 42”, notebook, impressora multifuncional, CPU core duo space, 02 monitores LG 19”, 01 Armário roupeiro de 12 portas, 03 micro system Toshiba, 01 DVD PH155 Philco, 01 DVD Home Theater Samsung, caixa home theater Subwoofer, 01 filmadora Digital Sony DCR SX40, bebedouro, 04 pernas de alumínio, 06 claves de malabares, lona de circo, além mobiliários para escritório). Estes equipamentos estão acondicionados na Biblioteca Pública Municipal Zumbi dos Palmares.

Em 2009, a Escola encerra as atividades em dezembro e permanece fechada ao longo de 2010.

Em 2011 a Escola reabriu no período de (setembro a dezembro) atendendo 296 alunos nos cursos de teatro, dança e circo, divididas em 8 turmas, sendo quatro da área de teatro, três de dança e uma de circo atendendo crianças, adolescentes, adultos. Neste período a Escola funcionou em um novo espaço locado, à Rua Mariana, 70 – no Centro de Ipatinga. As aulas de Iniciação ao Circo e a oficina “A construção da cena”, aconteceram no Teatro Circu-Lar Farroupilha.

Em 2014, através da Lei N° 3334 de 23/04/2014, criou-se no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, os cargos de provimento efetivo de Monitor e Instrutor de Artes Cênicas com lotação na Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri.

Após longo período sem funcionamento, em 2017 numa ação intersetorial com a Secretaria de Municipal de Educação foi possível reabrir o ensino das artes cênicas à comunidade, desta vez, no 3° andar da Biblioteca Municipal de Ipatinga, ofertando curso livre de artes cênicas, com aulas de teatro, dança e circo, destinados a estudantes do ensino fundamental e duas turmas para a comunidade em geral.

A Escola Municipal de Artes Cênicas – EMAC desenvolveu ações efetivas e profundamente importantes para a formação integral desses indivíduos, adquiriram respaldo e respeito junto a setores da iniciativa privada, escolas superiores e setores públicos da região. Apesar de tudo, ainda não alcançou o status de escola com infraestrutura necessária para pleno funcionamento. Para evitar a interrupções dos cursos, almeja-se a convocação dos aprovados no Edital de Concurso Público 002/2016 e início de suas aulas nas dependências da Biblioteca até que o município destine um local definitivo para a mesma.

A Escola Municipal de Artes Cênicas não possui servidores efetivos ou contratados em seu quadro, e precisa ser incluída na estrutura organizacional da administração municipal.

Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarniere		
Qtde	Cargo/ Função	Vínculo com a administração municipal
---	Gerente	----
---	Auxiliar de Serviços Gerais	----
---	Monitores (de teatro, dança e circo)	---
---	Instrutores de Artes Cênicas	---

Tabela 5 - Cargos Necessários para reabertura da Escola de Artes Cênicas

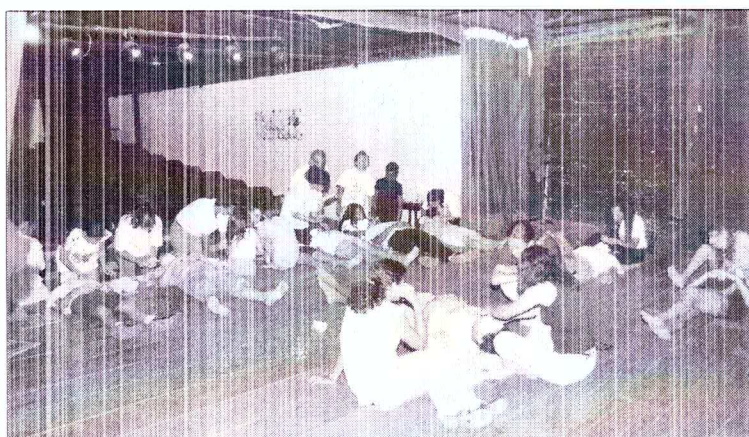


Figura 2 -Escola de Teatro 7 Outubro -- Acervo José Lopes



Figura 3 -Escola de Teatro 7 Outubro -- Acervo José Lopes



Figura 4 -Escola de Teatro 7 Outubro -- Acervo José Lopes

4.7 - Complexo Turístico Estação Pouso de Água Limpa

Com o objetivo de incrementar o Parque Ipanema, planejado pelo paisagista de

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom of the page, overlapping the footer text.

renome internacional, Roberto Burle Marx, a Prefeitura Municipal de Ipatinga, nos idos de 1999, construiu uma pequena ferrovia, em bitola estreita, seguindo o leito do Ribeirão Ipanema, interligando o Parque Ipanema com o Novo Centro. A idéia era, ao mesmo tempo, resgatar e preservar a cultura e história da cidade, que nasceu à beira da Estrada de Ferro Vitória a Minas, criando assim opções para diversificar seu potencial turístico e ampliar as áreas de lazer da população.

As obras duraram cerca de 60 dias e, tanto em seu projeto quanto execução, respeitaram-se os critérios das normas ambientais.

Construída na rara bitola de 80 cm, possui 2,6 km de extensão, rampa máxima de 1% no Km 0,4 e 0,5, raio mínimo de curva de 60 metros no Km 1,1 e trilhos TR 37 usados, adquiridos da Ferrovia Centro Atlântica – FCA, bem como AMV's, pregos, placas, trefões e talas de junção. A estrada de ferro foi construída utilizando escória de aciaria como lastro, a mesma usada na Estrada de Ferro Vitória a Minas; os dormentes utilizados foram de eucalipto tratado, madeira oriunda de plantação de manejo sustentável. Os dois giradores instalados nas extremidades da ferrovia foram construídos em Ipatinga e medem 10 metros de diâmetro. Esse equipamento é de suma importância para a segurança da operação, uma vez que em uso não há necessidade de tráfegar com a locomotiva em recuo. Poucas estradas possuem esse equipamento. Os traçados da linha férrea são quase todos dentro do espaço do Parque Ipanema e o nome “Caminho das Águas” foi dado devido a mesma estar margeando o Ribeirão Ipanema, principal curso d'água que corta a cidade, afluente do Rio Doce.

Para a construção das fachadas e áreas externas, a arquitetura da Estação Ferroviária Pouso de Água Limpa e da Oficina foram inspiradas nas estações ferroviárias do interior de Minas Gerais. O nome “Pouso de Água Limpa” originou-se do nome da cidade que, no idioma Tupi significa I+PA+TINGA, Pouso de Água Limpa.

4.7.1- Etapas da Inauguração

A unidade Estação Pouso de Água Limpa foi inaugurada em várias etapas:

a) apresentação da Locomotiva “Maria Fumaça” se deu durante as comemorações do aniversário da cidade, em 29 de abril de 1999. Centenas de pessoas compareceram ao local de abrigo, contou ainda com a bênção do Bispo da Diocese Itabira/Coronel Fabriciano Dom Lélis Lara.

b) 12 de junho de 1999 aconteceu a inauguração de toda a Estrada de Ferro e seus equipamentos. A Locomotiva conduzida pelo maquinista José Mauro Cardoso de Oliveira e o foguista José Carlos Faria, partiu da Estação Pouso de Água Limpa, com autoridades convidadas pelo Prefeito Municipal da época e percorreu toda a extensão da sua linha.

4.7.2- Equipamentos, instrumentos e material rodante que compõe a unidade:

A unidade possui o seguinte material rodante e equipamentos:

- A Locomotiva foi cedida em comodato à PMI pelo proprietário José Mauro Cardoso de Oliveira. De modelo a vapor, tipo 0-60, de origem alemã, construída por Arnold Jung em 1937, sob o número de série 7407, com peso de 18 toneladas, seu combustível é a lenha e bagaço de cana.

- Dois Carros de Passageiros, cada um com capacidade de transportar 34 passageiros sentados, construídos nas próprias oficinas da PMI, com os truques (rodas) cedidos pela ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária.

- A Estação Ferroviária Pouso de Água Limpa, situada no novo centro.

- A Parada Horto, inspirada nos antigos “Pés de Estribo”, situada no Parque Ipanema.

- Uma Oficina de Manutenção de Locomotiva, equipada com vala.

- Dois Giradores, um em cada extremidade da ferrovia, para mudança de direção da locomotiva em cada viagem.

- Dois desvios, em cada extremidade da linha, compostos de dois aparelhos de mudança de via (AMV), em cada desvio.

Posteriormente foram adquiridos por José Mauro dois troles de tração manual, um Auto de Linha motorizado, com a finalidade de apoiarem a manutenção da via permanente, além de diversas ferramentas utilizadas na manutenção da ferrovia, locomotiva e carros de passageiros.

4.7.3- Estatísticas de funcionamento

A Estrada de Ferro Caminho das Águas - EFCA funcionou regularmente nos

anos de 1999, 2000 e 2001, aos sábados domingos e feriados, nos seguintes horários: 10:00 , 11:00 , 12:00 , 14:00 , 15:00 , 16:00 e 17:00 hs , com venda de bilhetes e partidas da Estação Pouso de Água Limpa.

Além destes dias e horários, atendia, durante a semana, requisições de trens especiais para os diversos segmentos da comunidade e demandas da PMI com as Escolas Municipais.

Dados referente às viagens durante seu funcionamento:

Ano de 1999, de junho a dezembro:

Número de passageiros: 13.567

Número de Viagens: 316

Número de km rodados: 1896

Total arrecadado: R\$ 20.720,00

Ano de 2000, de janeiro a novembro

Número de passageiros: 13.316

Número de Viagens : 331

Número de km rodados : 1986

Total arrecadado : R\$ 7.544,00

Ano de 2001 , de abril a outubro

Número de passageiros : 9542

Número de Viagens : 303

Número de km rodados : 1818

Total arrecadado : R\$ 4.711,00

Ano de 2002 , dia 29 de abril (Aniversário de Ipatinga)

Número de passageiros : 918

Número de Viagens : 8

Número de km rodados : 48

Total arrecadado : Cortesia

Ano de 2007, dias 28 e 29 de abril (Aniversário de Ipatinga)

Número de passageiros : 686

Número de Viagens : 9

Número de km rodados : 54

Total arrecadado : Cortesia

TOTAIS

Número de passageiros : 38029

Número de Viagens : 967

Número de km rodados : 5802

Total arrecadado : R\$ 32.975,00

4.7.3.1- Considerações e observações sobre o funcionamento da EFCA

1 – O ano de 1999 foi o de maior arrecadação, apesar de funcionar apenas 7 meses. Este desempenho se deu por causa da cobrança da tarifa real de R\$ 2,00 e também pela presença da Feirarte no pátio da Estação aos domingos. Outro fator importante foi à novidade da ferrovia. As viagens de cortesia ocorreram apenas no dia da inauguração (600 passageiros), dia das crianças (1050 passageiros) e dois outros dias em dezembro (1214 passageiros).

2 – No ano de 2000 o funcionamento foi de 9 meses, devido à paralisação por obras do tratamento de esgoto sanitário. Entretanto a arrecadação caiu para cerca de um terço do ano anterior, apesar do mesmo número de passageiros. Isto se deu por fatores tais como: a tarifa foi reduzida em 50% a título de promoção e grande número de viagens de cortesia (7883 passageiros), perfazendo 59% do total de passageiros.

3 – No ano de 2001 as viagens somente se iniciaram no mês de abril, devido a fortes chuvas que caíram em dezembro de 2000. Este fato provocou inundação e transbordamento do Ribeirão Ipanema entre os km 0,5 e 1,5 , com a via permanente obstruída e coberta de areia e terra. O número de passageiros caiu 28% em relação ao ano anterior. A tarifa permaneceu com desconto de 50%. Novamente houve grande número de viagens de cortesia, cerca de 43% (4141 passageiros) do total de passageiros transportados. Devido a problemas de não realização de manutenções, as operações da ferrovia foram suspensas no final de outubro. Foram operacionais apenas 6 meses, no ano de 2002. Constatou-se a ausência de qualquer tipo de propaganda e marketing que pudessem alavancar o aumento do fluxo de passageiros.

4 – A partir de 2002 ocorreram apenas algumas viagens esporádicas e precárias, para atender a demandas da PMI. Todas elas na modalidade de cortesia. No ano de 2002

foram 918 passageiros e 686 em 2007, ambos no aniversário de Ipatinga.

4.7.4- Restauros e reformas realizadas na EFCA

Ao longo dos anos a Locomotiva sofreu desgaste natural dos equipamentos, consequentemente a paralisação da EFCA foi inevitável. No ano de 2002 ela operou esporadicamente, no aniversário de Ipatinga; e nos demais anos seguintes, para atender alguns eventos, bem como poucas filmagens.

A locomotiva é colocada em funcionamento escoteira (somente a locomotiva, sem carros), de dois em dois meses, para que seus mecanismos não se deteriorem devido à inatividade. Em 2013, com a sua paralisação total, teve início uma batalha visando buscar recursos para a restauração. Por se tratar de um equipamento de alto custo, o restauro foi acontecendo por etapas:

1º – Reforma da Caldeira da Locomotiva e do Tender

A reforma da caldeira se deu por 5 meses na Cidade de Pindamonhangaba – SP, os serviços de reparos técnicos especializados se deram através de convênio firmado entre prefeitura de Municipal de Ipatinga e a Associação Artística e Cultural Brasil Artes Cultura e Cidadania. Os serviços executados foram: troca total da tubulação, teste hidrostático e teste de ultra-som para verificar as condições da chaparia, trocam de estais, substituição dos espelhos, corte e substituição de parte da chaparia, construção de novo cinzeiro bem como fundição de novas grelhas para a fomalha, de acordo com modelo apropriado em madeira, colocação de forração de lã de rocha para conservação da temperatura, verificação das válvulas de segurança e outros serviços.

Após a conclusão de todos os serviços da caldeira, foi feito levantamento de seu Prontuário, de acordo com a Norma Brasileira NR 13, para atender à legislação em vigor, exigida e fiscalizada pelo Ministério do Trabalho.

No tender foi feita a recomposição dos frisos por enchimento de solda, foram trocados os tubos de saída de água para os injetores e pintura do interior do tanque de água.

2ª – Reforma da Estação

Desta vez os serviços de restauração consistiram na troca total de telhado da Estação, no restauro do relógio da torre e troca total das grades das janelas da oficina da Locomotiva. Esses serviços de restauro se deram através de convênio com a FUMPAC formalizado em julho de 2015, através da Associação Artística e Cultural Brasil Arte.



Cultura e Cidadania.

3ª – Reforma dos carros de passageiros

Foram feitas a troca do piso de madeira dos 02 carros de passageiros e pintura e aplicação de verniz em todo o seu interior (bancos, pisos, laterais, teto e portas). O convênio foi formalizado em 16 de setembro de 2015 entre Prefeitura Municipal de Ipatinga e a Associação Artística e Cultural Brasil Arte, Cultura e Cidadania.

4ª – Restauração da Estrada de Ferro Caminho das Águas

Em razão do tempo de construção - 16 anos - os dormentes da ferrovia já estavam em final de vida útil. Os serviços compreenderam a desmontagem completa dos 2650 m de linha e 4.000 dormentes, levantamento da linha, substituição, nivelamento e alinhamento.

4.7.5 – O que é preciso fazer para que a Maria Fumaça volte a funcionar

Para que a Ferrovia volte a funcionar, após vários anos de paralisação, serão necessárias ações constantes de manutenção de seus equipamentos:

a) Manutenção da Via Permanente

Serão necessários serviços periódicos de capina e outros serviços pertinentes. O ideal seria a criação de uma equipe permanente de manutenção da via.

b) Segurança e Cercamento da Estação.

Atualmente, o ponto mais crítico na Estação Pouso de Água Limpa é a segurança. Necessário um programa de reabilitação do local, de forma abrangente, permanente e consistente. Necessário também intensificação da segurança por parte da Vigilância da PMI, bem como contratação de serviços de vigilância patrimonial monitorada, uma vez que a oficina se encontra longe da Estação, numa situação bastante vulnerável: nela fica a locomotiva, ferramentas, peças, instrumentos de manutenção, materiais de vida permanente, (todos esses equipamentos são raros e bem específicos, não são encontrados para reposição). A falta desses equipamentos inviabilizaria o funcionamento de toda a ferrovia.

c) Cercamento:

A atual cerca de proteção da EFCA, que começa no Kart Clube e se estende até a oficina, necessita de urgente reforma.

A Estação é frequentemente arrombada, muitas vezes por usuários de drogas. A cerca atual possui apenas 1 metro de altura, sendo facilmente transposta, sem ela seria impossível realizar a recuperação necessária do leito da ferrovia naquele local, cujo lastro de escória é removido, o que poderia ocasionar o tombamento da Locomotiva e Carros de Passageiros.

Desde a sua construção, a Estação Pouso de Água Limpa é constantemente alvo de depredação, os moradores ao redor ainda não despertaram um sentimento de pertencimento pelo espaço. Todas as estações ferroviárias, tanto as comerciais (Estação Intendente Câmara, Belo Horizonte, Desembargador Drumond – VALE), quanto as de cunho turístico (Estação S.J. Del Rey, Ouro Preto, Mariana, São Lourenço, Campinas, Passa Quatro, Corcovado, Rio do Sul, etc.) são cercadas.

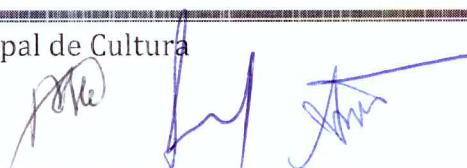
d) Atualização do Contrato de Comodato da Locomotiva

O atual contrato de Comodato entre a PMI e o Proprietário da Locomotiva precisa ser revisto uma vez que possivelmente será necessária a realização de uma concessão da área pública para prestação de serviços turísticos.

e) Alteração da Lei de Cobrança de Passagens e sua Destinação

Este assunto consta do Decreto nº 4.098, de 11 de junho de 1999, que dispõe sobre a criação da EFCA, estabelece tarifa única de R\$ 2,00 e concede isenção para crianças até 5 anos. A arrecadação era dirigida ao caixa único da PMI, ficando a ferrovia desprovida de qualquer recurso pecuniário para fazer frente a diversas pequenas despesas do dia a dia. A proposta é que a tarifa não seja tabelada e sim calculada de acordo com as reais necessidades de manutenção da ferrovia, em alinhamento com as congêneres de todo o País, sem perder de vista, obviamente, que o objetivo não é o lucro e sim proporcionar a população opção de lazer e cultura. Outro parâmetro importante a ser seguido é a auto-sustentação, para não acontecer o que está acontecendo hoje, quando estamos paralisados operacionalmente por falta absoluta de recursos. Uma estrutura como a EFCA poderia oferecer grandes resultados sociais para a população, entretanto somente funcionou regularmente por 3 anos, em 14 anos de sua existência.

É importante que a arrecadação seja revertida para um caixa exclusivo, destinado a atender as despesas e investimentos fundamentais à operação ferroviária e sua continuidade, permitindo o atendimento aos compromissos assumidos com os usuários. Até os dias de hoje a população pergunta “quando a Maria Fumaça vai voltar a funcionar?”



V- Criação de cargos públicos destinados à manutenção da ferrovia ou a contratação temporária de Maquinista da Ferrovia.

Atualmente a profissão de maquinista de locomotivas a vapor é raríssima, uma vez que este tipo de locomotiva apenas existe nas poucas ferrovias de cunho preservacionista e turístico. A formação de um profissional com este perfil exige um longo treinamento, uma vez que a máquina a vapor, por ser a máquina mais primitiva, exige total interação homem/máquina. Tudo nela é totalmente manual, onde o responsável deve saber lidar com a fornalha alimentada a lenha e sob intenso calor, observar continuamente o nível da água da caldeira, atender a constante lubrificação, toda ela também manual e observar a marcha da viagem. O maquinista da ferrovia era contratado da PMI na época de criação da EFCA e trabalhou na prestadora de serviços INFRATER, como auxiliar de serviços gerais, totalmente incompatível com suas atribuições. Durante o período que permaneceu no local foi treinado para trabalhar na manutenção da via permanente - serviço especializado que levou tempo para ser absorvido - e em todas as diversas demandas necessárias da ferrovia.

A expectativa para o funcionamento da Estação Cultural Pouso de Água Limpa está ligada a novos formatos de gestão e administração do espaço. Alguns municípios no Brasil têm utilizado a concessão de espaços públicos para a exploração de serviços turísticos como instrumento legal para a manutenção de unidades administrativas com as mesmas atividades. Além de estar prevista e respaldada na legislação brasileira, a concessão permite a sustentabilidade da atividade, que precisa estar orientada na prestação de serviços culturais sem ônus para o município. Assim, é possível oferecer Educação Patrimonial, preservar dignamente os bens tombados e ainda gerar emprego e renda para a comunidade. Para tanto, está em trâmite na administração municipal processo administrativo que busca, de forma legal, licitar uma concessão que em breve estará aberta democraticamente a todos os investidores do país.

Complexo Turístico Pouso de Água Limpa - Quadro de Funcionários

Estação Cultural Pouso de Água Limpa		
Qtde	Cargo/ Função	Vinculo com a administração municipal
01	Gerente	Comissionado

Tabela 6--Servidor Estação Pouso de Água Limpa

5- HISTÓRICO DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

A ousadia e capacidade criativa e produtiva dos agentes culturais locais e a presença do Instituto Cultural Usiminas - USICULTURA, principal financiador de atividades culturais no município, fizeram de Ipatinga um polo cultural regional. Esse panorama foi construído ao longo dos anos, tanto pela iniciativa privada quanto pelopoder público.

O financiamento de projetos culturais atende ao disposto na Lei 1414/95. Os recursos são originários da renúncia de até 3% do ISSQN arrecado, destinados ao financiamento de projetos culturais nas diversas áreas artísticas: artes cênicas, música, audiovisuais, artesanato, dentre outras. A referida lei foi aprovada em 1995 e implantada no ano de 2000.

Este é um mecanismo de grande importância, pois impulsiona e estimula a economia da cultura local, além de fortalecer os valores artísticos locais e acima de tudo oportunizar à população ipatinguense a possibilidade de participar de sua própria produção cultural.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura funcionou ininterruptamente por 13 anos. Em 2012 não foi possível o repasse, retornando em 2013; seu último repasse aconteceu em 2014.

O cenário econômico atual no Brasil e no município apresenta a necessidade de avançarmos em políticas públicas, na busca de formas alternativas de sustentabilidade dos grupos e entidades culturais locais.

A seguir apresentamos informações referentes à Lei de Incentivo Municipal – LINC.

Esclarecemos que em 2010, nos editais da Lei de Incentivo à Cultura, as áreas de teatro, circo e dança, foram aglutinadas na categoria artes cênicas.

Dentre as áreas artísticas que se beneficiaram com a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, algumas se destacam:

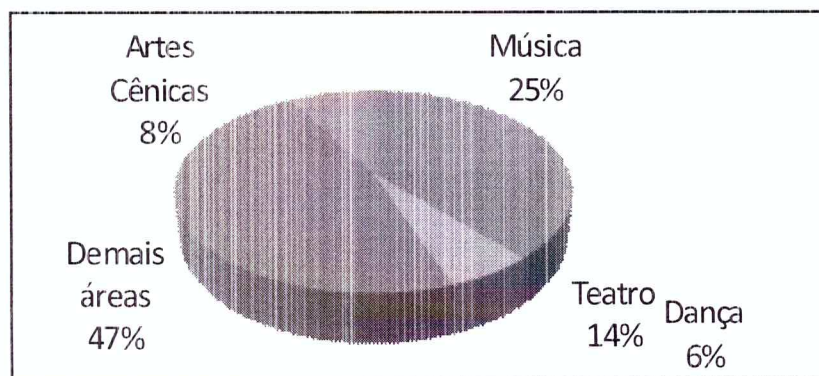


Gráfico 1 – Áreas que mais aprovam projetos na Lei Municipal de Incentivo.

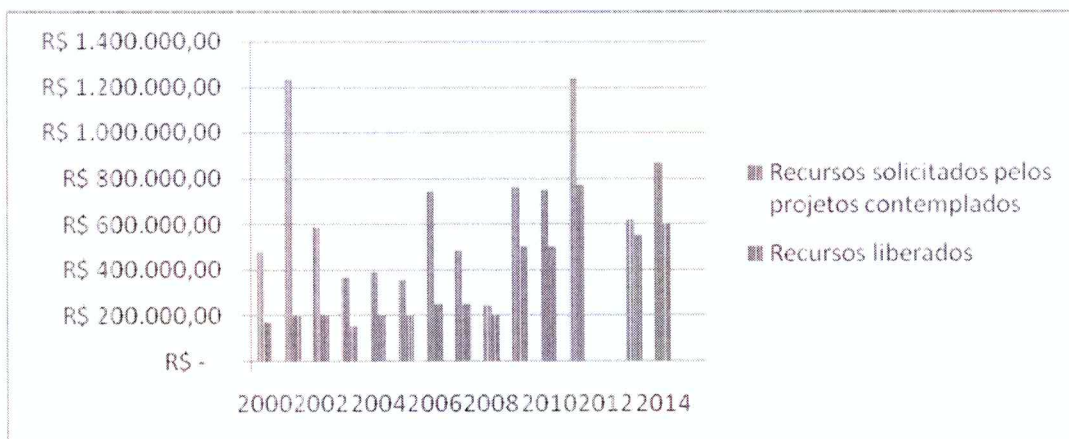


Gráfico 2 – Recursos solicitados X Recursos liberados- Projetos da Lei de Incentivo Municipal

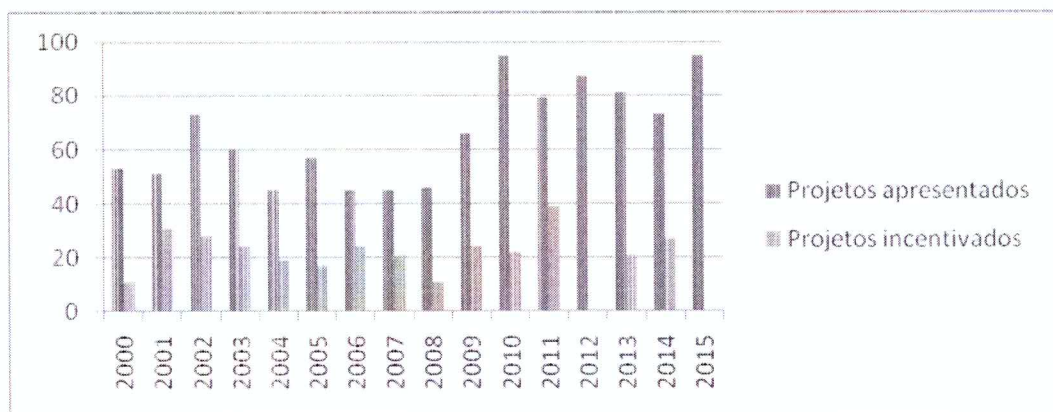


Gráfico 3 – Projetos Apresentados X Projetos Financiados – Lei de Incentivo Municipal

6- ATIVIDADES DE REFLEXÃO COLETIVA SOBRE A POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO.

6.1 Seminários e Conferência de Cultura e Conselho de Cultura

O primeiro seminário de cultura aconteceu com a finalidade de criar um espaço de informação, debate e reflexão a respeito dos movimentos e da política cultural do município. Contando sempre com a presença de personalidades do meio artístico tornou-se obrigatório, com periodicidade bienal a partir de 2015. No período de 2001 a 2004, os seminários contaram com a organização e concepção de Roniere Menezes, profissional contratado pela administração municipal para contribuir com o planejamento e a execução de políticas públicas para a área da cultura.

1º - Seminário de Cultura – 24 a 27 de setembro de 2001

Tema: Política Cultural e Arte Contemporânea

2º - Seminário de Cultura – 12 a 31 de setembro de 2002

Tema: Patrimônio e Incentivo Cultural

3º - Seminário de Cultura – 8, 9 E 10 de dezembro de 2003

Tema: Arte- Educação

4º - Seminário de Cultura – 24 A 27 de setembro de 2004

Tema: Planejamento e Gestão Rumo ao Futuro

Durante a realização do 4º Seminário de Cultura, os participantes discutiram um anteprojeto de lei de Criação do Conselho Municipal de Cultura. Este órgão que estava presente na estrutura administrativa municipal em 1970, e que posteriormente fora retirado, voltou como pauta importante para o desenvolvimento da política cultural. Ainda neste mesmo evento, havia a proposição de um planejamento de ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo.

O Seminário de Cultura foi retomado pela administração no ano de 2014, sendo realizado também em 2016.

Em 2005, iniciamos os ciclos de Conferências de Cultura, apresentadas resumidamente a seguir:

I Conferência Municipal de Cultura de Ipatinga

Atendendo a convocação do Ministério da Cultura, o evento foi etapa municipal da Conferência Nacional de Cultura.

Tema: “Estado e Sociedade: Construindo as políticas públicas de Cultura

Data de Realização: 28 de outubro de 2005

Decreto de convocação: Decreto Municipal nº 5.355 de 25 de outubro de 2005

Participantes: 71 pessoas da Sociedade civil, 33 servidores governamentais, 01 convidado.

Objetivos: avaliar a política cultural e definir diretrizes do plano e sistema municipal de cultura, e eleger delegados que participaram da Conferência Estadual.

II Conferência Municipal 2009 – 15 de agosto de 2009

Etapa Municipal da Conferência Nacional de Cultura, foi precedida de 6 Encontros nas diversas regionais do município

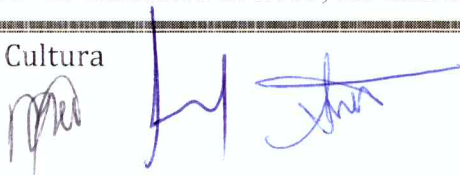
Participação registrada:

Representantes da Sociedade Civil: 106

Representantes Governamentais: 22

III - Conferência Municipal de Cultura 2011

Realizada em 3 de dezembro de 2011, foi uma conferência de âmbito local, pois



não estava relacionada a encaminhamentos obrigatórios da política nacional.

Tema: Panorama Cultural de Ipatinga - Sistema Municipal de Cultura.

Palestrante: Rafael Neumayr

Participação registrada: 36 pessoas entre sociedade civil e poder público

IV - Conferência Municipal de Cultura - 2013

Precedida de 07 encontros preparatórios, envolveram todas as regionais da cidade, e discutiram problemas e necessidades de cada área cultural.

Data de realização 12 e 13 de julho de 2013

Participação do Senhor José Oliveira Junior e do consultor da UNESCO/MINC Alysson Felipe Amaral.

Tema: “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”

Participação registrada: 79 pessoas entre agentes culturais, artistas, representantes do poder público e da sociedade civil.

5º Seminário de Cultura

Tema: Cultura e Desenvolvimento Econômico – Propostas para uma cidade criativa

Data de realização: 25 a 27 de novembro de 2014

Palestras sobre o Vale Cultura e apresentação dos resultados preliminares do Mapeamento Cultural de Ipatinga

V Conferência Municipal de Cultura

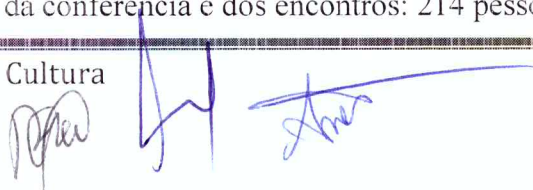
A V Conferência contou com a participação do Senhor José Oliveira Junior, palestrante e facilitador durante a toda a Conferência. Os resultados dos Encontros Preparatórios juntamente com as resoluções das 04 (quatro) Conferências anteriores, Fóruns Setoriais, Plano da Cultura de Ipatinga elaborado em 1999 e Plano de Políticas Culturais do Município de 2002, deram origem ao documento que foi a base das discussões dos grupos de trabalho durante a Conferência.

Participantes dos Encontros Preparatórios: 150

Tema- Plano Municipal de Cultura

Data de realização: 19 e 20 de junho de 2015

Participantes da conferência e dos encontros: 214 pessoas



VI Conferência Municipal de Cultura

Plano Municipal de Cultura

A VI conferência foi precedida de 7 Fóruns Setoriais e propôs revisões e prioridades da projeto de lei enviado à Câmara Municipal.

Data de realização: 16 de dezembro de 2017.

Participantes da Conferencia e dos Encontros preparatórios:

7 - SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

O Sistema Nacional de Cultura é um processo de articulação, gestão e promoção, conjunta e coordenada de iniciativas, na área cultural, entre governos federal, estaduais e municipais e destes com a sociedade civil, com o objetivo de implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, visando o desenvolvimento do setor, com pleno exercício dos direitos e acesso às fontes da cultura nacional.

Composto por elementos obrigatórios em cada ente federado, o Sistema Nacional de Cultura representa a oportunidade de institucionalizar a política nacional de cultura, como política de estado, assegurando sua continuidade, em todas as esferas do governo.



Figura 5 – Composição do Sistema Nacional de Cultura – MinC - <http://www.cultura.gov.br>

8 - SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE IPATINGA

No ano de 2005 a administração municipal assinou um Protocolo de Intenções junto ao Ministério da Cultura com o objetivo de estabelecer condições e orientar a instrumentalização necessária para a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC no âmbito da competência do Município de Ipatinga. Naquela data, o então Ministro da Cultura Gilberto Gil convocou a primeira Conferência Nacional de Cultura e convidou os municípios brasileiros a se integrarem ao SNC. O instrumento legal utilizado apresentava dentre outras questões os compromissos dos pactuantes:

- a) formulação e implantação do Plano Nacional de Cultura;
- b) implantação dos Sistemas de Cultura nas respectivas esferas administrativas;
- c) efetivação dos planos de cultura nas respectivas esferas de suas competências;
- d) criação, instalação, implementação e/ou fortalecimento dos Conselhos de Política Cultural de forma integrada;
- e) realização, implantação das conferências de cultura no âmbito de suas competências;
- f) fortalecimento dos sistemas de financiamento específicos para cultura, nas suas esferas administrativas;
- g) integração e otimização dos recursos financeiros destinados às políticas culturais;
- h) implantação de sistemas setoriais das diversas áreas da cultura - bibliotecas, museus, centros culturais, artes em geral, patrimônio cultural, entre outras - com participação e controle social;
- i) implantação e disponibilização democrática do Sistema Nacional de Informações Culturais, constituído de bancos de dados sobre bens, serviços, programas e instituições de natureza cultural;
- j) implementação integrada de programas e projetos de capacitação e aprimoramento de setores e instituições culturais específicos;
- k) cooperação técnica para a realização de planejamento estratégico, no âmbito do SNC;
- l) articulação das diversas redes/setores da cultura brasileira;
- m) facilitação do fluxo de projetos culturais em circuitos nacionais;
- n) criação e implantação, ou manutenção de órgão específico de gestão da política cultural no âmbito do Município.

Para compreendermos melhor o contexto, reproduzimos a seguir, as obrigações dos partícipes registradas no Protocolo de Intenções daquele período:

I – Ao Ministério da Cultura incumbia:

- a) criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para implantação do SNC;
- b) coordenar e desenvolver o Sistema Nacional de Cultura – SNC;
- c) implantar o Conselho Nacional de Política Cultural;
- d) realizar a primeira Conferência Nacional de Cultura até dezembro de 2005;
- e) apoiar a realização das primeiras conferências estaduais, municipais e distrital de Cultura;
- f) manter em atividade o PRONAC;
- g) coordenar, em âmbito nacional, o planejamento estratégico a ser realizado com Estados, Municípios e DF para a implantação do SNC;
- h) implantar e coordenar o Sistema Nacional de Informações Culturais;
- i) aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito da União;
- j) compartilhar recursos para a execução de programas, projetos e ações culturais, no âmbito do SNC;
- k) acompanhar a execução de programas e projetos culturais, no âmbito do SNC;
- l) fomentar e regulamentar a constituição de sistemas setoriais nacionais de cultura;
- m) fomentar, no que couber, a integração/consórcio de Estados e Municípios para a promoção de metas culturais;”

Importante destacar que este Protocolo de Intenções não resultou em muitas ações efetivas para os municípios, visto que o Sistema Nacional de Cultura não possuía embasamento legal na legislação nacional, até a publicação da emenda constitucional nº 71 em 20/11/2012 que acrescentou o artigo 216-A à Constituição Federal:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos

e privados atuantes na área cultural;
V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
VII - transversalidade das políticas culturais;
VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
IX - transparência e compartilhamento das informações;
X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
I - órgãos gestores da cultura;
II - conselhos de política cultural;
III - conferências de cultura;
IV - comissões intergestores;
V - planos de cultura;
VI - sistemas de financiamento à cultura;
VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
VIII - programas de formação na área da cultura; e
IX - sistemas setoriais de cultura.
§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

Para cumprir este preceito constitucional, em 2013, o município de Ipatinga formalizou novamente o desejo de integrar-se a uma política nacional através da adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Desta vez, respaldada pela legislação nacional, a adesão foi consumada com a publicação no Diário Oficial da União, em 06 de setembro de 2013. Após a publicação, o município se empenhou em instituir legalmente o seu próprio sistema de cultura, composto por elementos obrigatórios no Sistema Nacional, e por elementos específicos de Ipatinga, garantindo-se as conquistas já alcançadas na área cultural ao longo dos anos.

Vejamos o art. 12 da Lei 3.465 de 10 de junho de 2015 que "Institui o Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga – SMC e dispõe sobre seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.":

Art. 12. Integram o Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga – SMCI:

Coordenação:

- a) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer –SEMCEL.*
- b) Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:*

- c) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- d) Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga – COMPHAI; e
- e) Conferência Municipal de Cultura de Ipatinga e Seminário.

I - instrumentos de gestão:

- a) Plano Municipal de Cultura de Ipatinga – PMCI;
- b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
- d) Programa Municipal de Formação na Área de Cultura:
 1. Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri;
 2. Escola Municipal de Música Tenente Oswaldo Machado – TOM;
 3. Programa de Educação Patrimonial; e
 4. Programa permanente de formação Cultural.
- e) Sistemas Setoriais de Cultura:
 1. Sistema Municipal de Patrimônio Cultural;
 2. Sistema Municipal de Museus: Estação Memória Zeza Souto, Estação Pouso de Água Limpa;
 3. Sistema Municipal de Bibliotecas Biblioteca Municipal Zumbi dos Palmares; e
 4. Outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O SMCI estará articulado com os demais Sistemas Municipais ou Políticas Setoriais, em especial, da educação, da comunicação, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico, turismo, do meio ambiente, do esporte, da saúde, da ação social, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

9 –ELEMENTOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE IPATINA

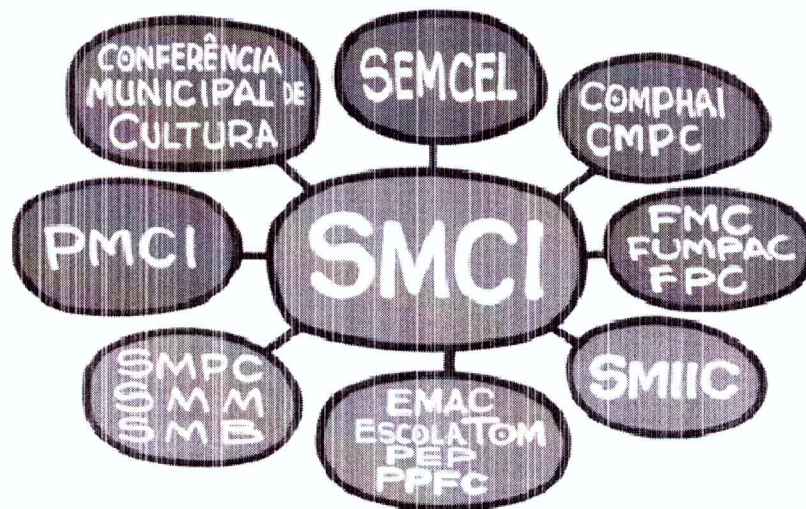


Figura 6 – Composição do Sistema Municipal de Cultura – Acervo DEC

(Assinaturas manuscritas em azul)

10 - DIVERSIDADE CULTURAL

Um levantamento para conhecer a realidade cultural do município foi realizado pela prefeitura, o mapeamento cultural. Muitas expressões culturais não foram registradas, mas o mesmo apresenta um estudo importante sobre a realidade de artistas e técnicos da cidade. Neste sentido, reproduziremos trecho do projeto de Lei do plano de cultura enviado em 2016 à Câmara, relativo ao mapeamento de nossa realidade cultural.

10.1- Mapeamento das Expressões Artísticas e Culturais

Em 2014 a Prefeitura Municipal de Ipatinga realizou um Mapeamento Cultural, com o objetivo de conhecer todas as expressões culturais locais. Esse investimento em pesquisa foi de suma importância para a elaboração do presente Plano Municipal de Cultura, bem como para a constituição de uma base de dados inicial passível de alimentar o Sistema de Informações e Indicadores Culturais que o município intenta implantar. Salienta-se que face ao dinamismo da realidade, a referida base de dados deve ser periodicamente atualizada.

Na ocasião de execução do referido Mapeamento Cultural foram identificadas e cadastradas, em todo o território municipal, 545 expressões culturais:

- Artistas;
- Grupos Artísticos;
- Coletivos culturais.
- Manifestações/Expressões Tradicionais e Coletivas.
- Instituições/Entidades Culturais.
- Equipamentos Culturais.
- Produtores e Técnicos do campo Artístico-Cultural

Conforme exposto na tabela abaixo, os artistas representam 60,4% do total de expressões culturais mapeadas, com 329 registros, seguidos por: produtores, agentes e técnicos, que representam 11% do total de expressões culturais mapeadas, com 60

registros; grupos/coletivos, com 9% do total (49 registros); artesãos, com 8,8% do total (48 registros); instituições, com 5,3% do total (29 registros); manifestações, com 3,3% do total (18 registros); e equipamentos, com 2,2% do total (12 registros).

EXPRESSÃO CULTURAL	QUANTIDADE MAPEADA	%
Artistas	329	60,4
Produtores, agentes e técnicos	60	11,0
Grupos e coletivos	49	9,0
Artesãos	48	8,8
Instituições	29	5,3
Manifestações	18	3,3
Equipamentos	12	2,2
TOTAL	545	100,0

Fonte: Diverso, Pesquisa MCI, 2014.

Tabela 07- Expressões Culturais Mapeadas

A pesquisa também possibilitou, entre outros aspectos, conhecer o campo de atuação dos artistas mapeados: a música representa 37,8% das áreas de atuação dos artistas identificados, seguida pelo teatro com 13,3%, as artes visuais e a dança com 12,1% dos registros, cada. A literatura representa 8,5%, a fotografia 3,5%, o cinema 2,9% e outras formas artísticas 9,8%. Importante salientar que muitos artistas atuam em mais de um campo.

Sobre esse aspecto é importante pensar que a versatilidade dos artistas sugerida pelo resultado apurado pode expressar a multiplicidade de habilidades latentes e/ou em desenvolvimento, bem como a incipiência de formação em seus respectivos campos de atuação principal ou ainda a carência de um mercado que os absorva exclusivamente em sua atividade principal.

CAMPO DE ATUAÇÃO ARTÍSTICA	RESPOSTAS	
	FREQUÊNCIA	%
Música	182	37,8
Teatro	64	13,3
Artes Visuais	58	12,1
Dança	58	12,1
Literatura	41	8,5
Fotografia	17	3,5
Cinema	14	2,9
Outros	47	9,8
TOTAL	481	100,0

Fonte: Pesquisa MCI, 2014.

Tabela 8- Campo de Atuação Artística

Os resultados do mapeamento cultural evidenciam outros importantes aspectos da dinâmica cultural no município: um deles se refere à existência de artistas, grupos, coletivos, práticas e manifestações culturais que se mantêm distantes do centro das discussões acerca da política cultural em construção no município, inclusive dos mecanismos de fomento à produção artístico-cultural local, é necessário promover a aproximação daquelas que embora visíveis, matem relação distante com a dinâmica de gestão e controle social da política de cultura.

O Mapeamento nos apresentou o crescimento das manifestações artísticas como o rap e as danças urbanas, promovidos, sobretudo pelo segmento jovem da população, que tem ocupado os espaços urbanos. (Letro, 2014)

10.1.2 Formação Artística e Cultural

O Mapeamento Cultural também nos possibilitou atualizar dados quanto à formação artística e cultural em Ipatinga

Os dados apurados evidenciam, entre outros fatores, a escolaridade dos artistas: 10,6% possuem o Ensino Fundamental; 48,3% possuem Ensino Médio; 30,4% possuem formação superior; 8,8% pós-graduação; e 1,8% possuem mestrado.

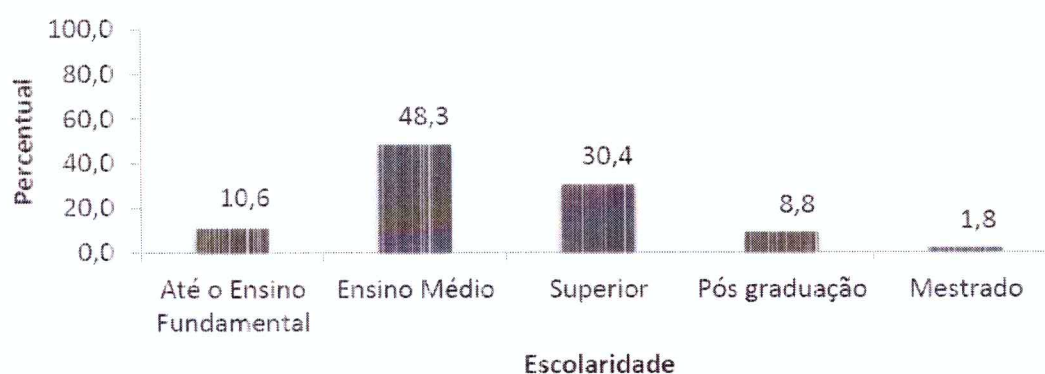


Gráfico 4 : Escolaridade dos artistas, Ipatinga-MG, 2014 - Fonte: Diverso, Pesquisa PMCI, 2014

O mapeamento possibilitou a identificação da área de formação superior dos artistas, sendo a predominância nas ciências humanas. Todavia, os cursos de formação mais citados foram: Educação Física e áreas afins com 9,5% do total, seguido por Gestão Comercial/Informação (8,1%), Pedagogia (8,1%), Letras (6,8%), Comunicação Social/Jornalismo (6,1%), Administração (6,1%), Música (6,1%).

Destaca-se que o percentual de menções às artes cênicas/teatro foi de 2,7%, pois o curso superior de teatro da EAD/UNB, pactuado entre o município e a Faculdade de Brasília.

10.1.2.1- Tipos de escolas frequentadas pelos artistas

Destaca-se no conjunto de informações geradas pelo mapeamento em relação à formação dos artistas: primeiro, no ensino formal, a prevalência da escolaridade de nível médio e, segundo, no campo das artes, da formação nas denominadas “escolas livres”. Fica evidenciado que a maioria dos artistas locais não teve a oportunidades de formação artística nos níveis técnico e superior. Esses resultados apontam a necessidade de ofertar programas, projetos e ações de formação artística e cultural no município.

As formações artísticas e culturais adotadas pelo poder público municipal foram: a Escola de Teatro Antônio Roberto Guarnieri e a Escola de Música TOM, além de Projetos de Oficinas Culturais, inclusive mediante projetos aprovados na Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

A parceria com os cursos da EAD UNB nas áreas de teatro, música e artes visuais é também um importante mecanismo de promoção da formação acadêmica em artes. Através dessa parceria o município ofereceu, em 2010, graduação em teatro, música, artes visuais e letras. No ano de 2016 somente o curso de teatro, foi ofertado, devido a pequena procura nos demais cursos na área da cultura.

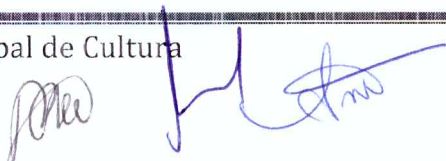
Em 2014 o município pactuou o curso Técnico em Instrumentos musicais, com o Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, esse curso aconteceu na Escola de Música TOM.

Destaca-se também que parte expressiva das oportunidades de formação artística e técnicas ofertadas no município advêm de iniciativas do setor privado, fomentada por grupos e pelo Instituto Cultural Usiminas através de oficinas artísticas e técnicas. (Letro, 2014).

10.2- Considerações sobre o Mapeamento Cultural realizado em 2014.

10.2.1 Quem faz cultura na cidade?

Representar a diversidade cultural do município é muito desafiador. A cultura por sua natureza é pulsante, mutante e altamente aglutinadora. A todo momento organizam-se de maneira formal ou informal grupos culturais das mais diversas organizações sociais. Não poderia ser diferente. As manifestações artísticas temperam o nosso cotidiano e não é incomum reconhecermos grupos de música, corais, grupos de



dança e teatro, produtores, agentes culturais e fazedores de cultura surgindo nas escolas, nos grupos de amigos ou nas organizações empresariais, religiosas, sociais, de cunho beneficente e até esportivas. Destes grupos e encontros podem surgir grandes artistas e profissionais capazes de fazer da arte, o seu campo profissional. Para que isto aconteça, os participantes destas agremiações precisam ser incentivados e em algumas situações financiados para aperfeiçoarem o seu fazer artístico tornando-se profissionais respeitados e reconhecidos. De qualquer forma, mapear, catalogar e contabilizar os agentes produtores da cultura é tarefa a ser cumprida cotidianamente pelo Sistema Municipal de Cultura.

10.3 - Registrando a realidade cultural do Município.

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais é elemento integrante do Sistema Municipal de Cultura. Para implementação do mesmo, algumas ações já foram realizadas pela administração municipal.

A primeira delas foi a contratação de serviços de identificação, mapeamento e informatização das manifestações culturais, dos artistas e dos locais de realização das ações artísticas do município.

Os serviços foram realizados pela “Diverso Consultoria” no segundo semestre de 2014. Os dados foram coletados por meio de cadastro voluntário dos interessados. Apesar do expressivo esforço empregado na realização deste trabalho, verificamos que uma parcela significativa dos profissionais que atuam no campo da cultura optou por não participar do processo. Os dados coletados compõem banco de dados disponível no Departamento de Cultura. Porém considerando a mudanças que acontecem a todo momento na área artística reconhecemos que a “fotografia” da cultura se altera com muita velocidade. Para solucionar esta questão o próprio Sistema Municipal de Cultura oferece uma solução mais prática, apresentada no tópico a seguir.

10.4 - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é instrumento de gestão previsto na Lei 3.465 de 10/06/2015 - que institui o Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga - e deve ser utilizado para garantir a coleta, o armazenamento, e a difusão dos dados e informações sobre agentes e objetos culturais



no município. Em Ipatinga, optamos por utilizar o sistema municipal compartilhado com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

O Sistema Nacional pretende possibilitar a seus usuários uma interface dinâmica e viva, que contribuirá para a produção, gestão e difusão da produção e da diversidade cultural e artística brasileira. Sua proposta é ser uma plataforma de governança colaborativa, cujo conceito orienta para a direta e importante participação do cidadão brasileiro através de interfaces típicas das redes sociais. Trazer os dados de Ipatinga para esta plataforma virtual organizada em rede nacional pelo Ministério da Cultura contribuirá para fortalecer a produção cultural local e permitir sua visibilidade em âmbito nacional.

Para garantir este compartilhamento de informações, está em negociação junto ao Ministério da Cultura a utilização de um software livre, adotado pelo SNIIC: o *Mapas Culturais*. Esta solução digital para apoio à gestão e mapeamento colaborativo da cultura, é uma plataforma estruturante e foi desenvolvida para impulsionar o ecossistema cultural no território, contribuindo para qualificar a gestão pública e ampliar o acesso da população à produção cultural. Ele é alimentado tanto pelo gestor público, que insere na plataforma informações sobre os equipamentos culturais, programações oficiais, editais, e outras atividades culturais, como pela população em geral, que se cadastra como agente de cultura e pode divulgar seus eventos.

11- CANAIS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.

A Lei nº 3.465/2015, que institui o Sistema Municipal de Cultura, estabelece como instância de articulação, pactuação, e deliberação o Conselho Municipal de Política Cultural, o Conselho Municipal de Patrimônio, Artístico de Ipatinga, a Conferência Municipal de Cultura e o Seminário de Cultura. A seguir apresentaremos o Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga – COMPHAI. Neste ultimo, aproveitaremos a oportunidade para destacar a sua atuação informando os bens culturais protegidos tanto pelo tombamento como pelo inventário municipal.



11.1- Conselho Municipal de Política Cultural e Fóruns Setoriais

O Conselho Municipal de Política Cultural é instância colegiada de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculada ao Poder Executivo, com sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública Municipal responsável pela área da Cultura (que deverá dar apoio administrativo e garantir dotação orçamentária para seu funcionamento), devendo ser composto por, no mínimo, 50% de membros da sociedade civil. Sua finalidade é a de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas culturais, na esfera municipal. Os conselhos municipais de cultura tem suas competências definidas em legislação específica, que deverão dispor, entre outros, sobre os seguintes itens:

a) apreciação e aprovação do Plano Municipal de Cultura, que deve ser elaborado em consonância com o Plano Estadual de Cultura e com as diretrizes para as políticas culturais estabelecidas pelas conferências Nacional, Estadual e Municipal de Cultura;

b) acompanhamento e fiscalização sobre a execução do Plano Municipal de Cultura;

c) estabelecimento de diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura, também em consonância com o Plano Municipal de Cultura e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Cultura;

d) acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura, do Fundo Estadual e do Fundo Nacional (repassados ao governo municipal).

É recomendável que na representação da sociedade civil sejam contempladas as diversas áreas artísticas e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura.

Conforme orientação do Ministério da Cultura a convocação da Conferência deverá ocorrer em sintonia com o calendário da Plenária Estadual e Nacional. Nelas também serão eleitos os delegados de cultura que participarão das conferências estaduais.

Em Ipatinga, além das Conferências realizadas por ocasião da convocação da Conferência Nacional, o Município realiza bianualmente sua Conferência Municipal. O Evento ocorre em virtude de aplicação da Lei 3464/2015 que reformulou o conselho e

orienta que a homologação dos membros da classe artística eleitos nos fóruns setoriais seja homologada na Conferência Municipal de Cultura.

Ainda sobre a composição do Conselho é importante destacar outra particularidade do Município que é a existência dos Fóruns Setoriais de Cultura. Esses fóruns devem ocorrer obrigatoriamente por ocasião da renovação dos membros representantes da classe artística no conselho. Porém o ideal é aconteçam encontros regulares ao longo de todo ano, visto que são instâncias de assessoramento e consulta do conselho municipal. Os fóruns contribuem para orientar o trabalho dos representantes de cada setor artístico e garantir delegação mais afinada com as linhas e ações desenvolvidas pelo conselho.

Para a próxima década, o presente projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Cultura de Ipatinga, cria nova e democrática instância de participação: o Fórum Permanente de Arte e Cultura. Composto por diversos setores do poder público e da sociedade civil, o órgão permitirá a participação ampliada da população que produz e consome cultura. Além disto, o Fórum pretende ser um instrumento de comunicação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura de Ipatinga.

11.2 Conselho Municipal de Patrimônio, Artístico de Ipatinga- COMPHAI

Para falar sobre a política de preservação do patrimônio vamos discorrer sobre o pioneirismo do município na proposta de uma política de proteção do seu patrimônio histórico. Em 1980, o município aprovou a Lei 689, de 02 de outubro de 1980, que dispõe sobre a criação e organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal- SPHAM. Inspirado numa política de proteção ao patrimônio proposta por Mario de Andrade, o município protegeu por meio do tombamento, os três primeiros bens históricos: a Estação Memória, a Igreja Católica Nossa Senhora da Esperança, e a árvore Ficus Elástica. Importante destacar aqui, que neste período não havia perspectiva de recebimento de parcela do ICMS referente ao patrimônio cultural. Esta política surgiu apenas em 1995, com a Lei Estadual 12.040, de 28/12/1995, que dispôs sobre a distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios, incluindo aí o item patrimônio cultural.

A partir de 1996, por força da legislação estadual, o Serviço de Proteção do Patrimônio foi regulamentado e ganhou um importante aliado: o Conselho Municipal do

Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga – COMPHAI, criado em 29/10/1996, por meio do Decreto Nº 3604. Até esta data os tombamentos eram realizados por meio de Decreto do poder executivo, que no mesmo instrumento delegava à uma Comissão a responsabilidade de elaborar um relatório referente ao bem.

O Conselho Municipal de Patrimônio, Artístico de Ipatinga – COMPHAI é um importante órgão de representação da sociedade civil na política de preservação do patrimônio. Nos últimos anos, o conselho tem se constituído por técnicos da área de arquitetura e também por representantes da sociedade civil, desejos de promover e valorizar o patrimônio do município. Esta medida pode trazer melhores repercussões por meio do financiamento de ações relativas à comunicação de suas ações, reuniões e visitas técnicas realizadas com frequência por seus membros, nem sempre divulgadas. Outro aliado importante para a preservação do patrimônio é a utilização do FUMPAC, Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio, criado pela Lei Municipal nº 2.482 de 17 de setembro de 2008 e regulamentada pelo Decreto Nº 6562 de 30/09/2009, para receber e promover por meio dos recursos recebidos do ICMS cultural, ações de promoção do patrimônio histórico e cultural.

Apesar de falarmos sobre financiamento da cultura em outra seção, apresentaremos resumidamente os recursos do FUMPAC em números, desde a data de sua regulamentação:

Abertura de Conta: Maio de 2009			
Ano	Repasses ICMS	Repasses/Editais	Saldo
2009	34.683,53	0,00	34.683,53
2010	56.896,58	0,00	91.580,11
2011	61.101,09	0,00	152.681,20
2012	110,89	0,00	152.792,09
2013	0,00	0,00	152.792,09
2014	0,00	59.600,00	93.192,09
2015	126.780,27	80.000,00	139.972,36
2016	179.078,61	184.998,00	134.052,97
2017	116.420,07	0,00	250.473,04
2018	29.139,42	0,00	279.612,46

Tabela 9- Repasse e Aplicação ICMS

11.2.1- Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico.

Apresentamos a seguir, os bens do município de Ipatinga protegidos em nível municipal, por meio dos instrumentos de tombamento, inventário e registro.

Bens Tombados

Ord	Denominação	Endereço	Data de Tombamento
1	Estação Memória Zeza Souto	Rua: Belo Horizonte – Centro	1981
2	Igreja Católica Nossa Senhora da Esperança	Av. Castelo Branco, 689, Horto – Área urbana	1981
3	Árvore Fícus Elástica	Av. Japão, esquina com Rua Nicarágua, Cariru – Área urbana	1990
4	Igreja Católica são Vicente de Paula – Igreja do Ipaneminha	Povoado do Ipaneminha – Área rural	1996
5	Pontilhão de Ferro	Rua: Belo Horizonte, Centro próximo ao número 472 – Área urbana	1996
6	Casa dos Ferroviários	Av. Londrina, 270 e nº 282, Veneza II – Área urbana	1996
7	Fazendinha	Av. José Júlio da Costa, 2835, Ferroviários – Área urbana	1996
8	Ruínas da Estação Pedra Mole	Av. Itália – margens do Rio Piracicaba – Área urbana	1996
9	Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário	Povoado do Ipaneminha – Área rural	1996
10	Estação Pouso de Água Limpa	Margens direita do Ribeirão Ipanema, s/nº Novo Centro – Área urbana	2000
11	Grande Hotel Ipatinga	Rua: Antares 950 – Castelo – Área urbana	2000
12	Academia Olguin	Rua: Ipê, 763 – Horto – Área urbana	2000
13	Parque Ipanema	Avenida Roberto Burle Marx, s/nº - Veneza – Área urbana	2000
14	Teatro Zélia Olguim	Avenida Itália – Cariru – Área urbana	2000
15	Maciço Pedra Branca	Povoado de Pedra Branca, Área rural do Distrito de Barra Alegre	2003
16	Congado Nossa Senhora do Ipaneminha	Povoado do Ipaneminha – Área rural	2016

Tabela 9 - Lista de Bens Tombados

Bens Inventariados

Ord	Denominação	Endereço	Data do Inventário
1	Acordeon Hohner	Centro de Educação Portal da Mata Atlântica, Fazenda do Zaca Barra Alegre	2011
2	Antiga escolinha da Fazenda José Andrade	Praça da Tribuna	2010
3	Antiga sede da Fazenda do Elizeu	Av. Forquilha, nº 721, bairro Forquilha, Área urbana	Abril de 2005
4	Capela velório antiga, do Cemitério Parque Nossa	Cemitério Parque Senhora da Paz, Avenida Londrina, s/nº, Bairro	Fevereiro de 2006

	Senhora da Paz	Veneza	
5	Casa de madeira	Rua cedro, 476, Horto	2011
6	Casa do Teatro Farroupilha	Av. Londrina 180 Veneza II	2011
7	Casario da Rua Nossa Senhora das Graças (antiga Rua do Buraco)	Rua Nossa Senhora das Graças números das casas não registrados, bairro Novo Centro,	Janeiro de 2003
8	Cemitério do Barra Alegre	Rua José Geraldo Ricardinho, n.º 267, bairro Barra Alegre,	Fevereiro de 2006
9	Cemitério do Bom Jardim	Rua Joaquim Gonçalves Rosa, Nº459, bairro Bom Jardim,	Fevereiro de 2006
10	Compoteira	Centro Educacional Portal da Mata Atlântica Fazenda do Zaca	2011
11	Conjunto urbanístico da Rua Síria. Casa dos Operários	Rua Síria, s/n Cariru	2010
12	Cruzeiro de Madeira	Igreja Nossa Senhora da Esperança Av. Castelo Branco, 689 Horto	2010
13	Debulhadeira de Milho	Fazenda do Morro Escuro – Praça da Tribuna s/n Barra Alegre	2010
14	Escultura em Aço Sucateado	Av. João Valentim Pascoal Centro	2010
15	Estação Ferroviária intendente Gravata	Rod. BR381 Usiminas	2010
16	Fazenda Bom Jardim (sede da fazenda)	Rua Dália, s/nº, bairro Bom Jardim, Área urbana	2000
17	Garrucha	Centro Educacional Portal da Mata Atlântica Fazenda do Zaca	2011
18	Igreja de São José Operário	Praça do Tribuna, s/n Tribuna Barra Alegre	2010
19	Igreja do Barra Alegre (Igreja Nossa Senhora da Conceição)	Avenida Francisco Rodrigues, s/nº, bairro Barra Alegre,	2000
20	Imagem Nossa Senhora Aparecida	Igreja Nossa Senhora da Conceição, Av. Francisco Rodrigues, s/nº, bairro Barra Alegre, Área urbana	2005
21	Ipatingão	Av. Burle Max, s/nº Parque Ipanema	2011
22	Moedor de Café	Centro Educacional Portal da Mata Atlântica Fazendo do Zaca	2011
23	Acordeon Hohner	Centro de Educação Portal da Mata Atlântica, Fazenda do Zaca Barra Alegre	2011
24	Antiga escolinha da Fazenda José Andrade	Praça da Tribuna	2010
25	Ostensório do Divino, Objeto litúrgico processional	Igreja Nossa Senhora da Conceição, Av. Francisco Rodrigues, s/nº, bairro Barra Alegre, Área urbana	2005
26	Parque ambiental Samambaia	Rua Samambaia, s/nº, bairro Bom Jardim, Área urbana	2000
27	Parque da União	Bairro Planalto, Área urbana	2000
28	Parque das Cachoeiras	Coordenadas UTM 752.427 x 7.850.308, Área urbana do Distrito	Fevereiro de 2004